

Liberação de crédito à Volks depende de documentação

O crédito de R\$ 497,1 milhões que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou em abril para a Volkswagen até hoje não foi objeto de assinatura de contrato e, conseqüentemente, não foi liberado "por questões de documentação e outras", disse hoje o presidente da instituição financeira, Demian Fiocca. "A operação não foi contratada não por veto, mas outros motivos", disse.

15:03 23/08

De acordo com ele, não há restrições do Banco em trabalhar com a empresa apesar das demissões anunciadas pela Volkswagen. Fiocca explicou que em contratos já assinados com a Volkswagen há cláusulas em que a companhia não pode demitir naqueles projetos específicos, que são objeto de financiamento sem apresentar um plano sujeito à aprovação do BNDES sobre temas como incentivo à recolocação dos funcionários. Do contrário, as condições dos financiamentos mudariam.

"O programa (de demissões) que a Volks anunciou não se refere àqueles projetos específicos (financiados pelo banco). É um programa de reestruturação mundial", disse.

Ele lembrou também que, há cerca de um mês e meio, o presidente Lula anunciou mudanças na linha do BNDES de financiamento à produção de automóveis para exportações criadas como incentivo à manutenção ou aumento de empregos nas montadoras.

Na ocasião, foi anunciada a redução da taxa cobrada pelo banco de 4% para 3,8% ao ano e o aumento do limite a financiar de 30% para 55% do valor das exportações, nos dois casos para as empresas que mantiverem o número de empregos igual ou maior do que no ano anterior.

São Bernardo do Campo

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, indicou hoje que o governo já admite a possibilidade de fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo (SP) da Volkswagen. Ontem, os funcionários da Volks decidiram reprovar o plano de reestruturação apresentado pela montadora, que cogita, futuramente, encerrar as atividades da unidade de Anchieta, caso não chegue a um acordo com os trabalhadores.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC luta contra a ameaça de corte de 3,6 mil empregos e a redução de benefícios trabalhistas.

"Nós temos que considerar que essa não é a única unidade do setor automotivo no Brasil, nem a única unidade da Volkswagen. Nesse sentido, o eventual fechamento de uma das unidades da Volkswagen não é o fim da Volkswagen no Brasil", afirmou Marinho, durante visita a Belo Horizonte, em entrevista à rádio CBN.

Porém, para o ministro, ex-sindicalista, o impacto maior do fechamento de uma fábrica é local. Ele disse novamente que o governo federal está à disposição para intermediar a negociação entre a empresa e os trabalhadores. "Vamos trabalhar e torcer para que o fechamento não ocorra. Acima de tudo, que as partes possam ter muita maturidade e tranquilidade para enfrentar a discussão dialogando. E que o diálogo possa encontrar um ponto de equilíbrio entre as partes", afirmou.

De acordo com Marinho, o possível fechamento da fábrica do ABC paulista "não combina" com o momento da indústria automobilística no País. "Esse ano, a indústria automobilística brasileira quebrará todos os seus recordes. É um ano de maior produção da indústria automobilística no Brasil, particularmente de automóveis, que é o caso da unidade em referência."

O ministro voltou a dizer que os problemas da fábrica da Volks em São Bernardo do Campo podem estar relacionados a má administração.

"É possível que tenha havido algum erro ou falta de condição de investimento em algum momento e no seu mix de produção, o que levou a empresa a perder participação no mercado para as concorrentes. É possível que tenha acontecido", comentou, ponderando em seguida: "É difícil falar à distância, sem conhecer a intimidade do negócio, da empresa e das decisões que a empresa tenha tomado nos últimos anos em relação a essa questão".

Marinho aproveitou para rebater as conclusões de um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que apurou que a renda mediana do trabalhador brasileiro cresce em anos eleitorais, mas sofre queda no mesmo patamar no ano seguinte. O trabalho do Centro de Políticas Sociais da FGV concluiu também que o aumento do salário mínimo não é suficiente para reduzir a pobreza no País e que a queda na desigualdade na renda obtida com o trabalho perdeu fôlego em 2005 e 2006.

"Eu vi ontem no noticiário noturno a afirmação do estudo de um técnico da Fundação Getúlio Vargas (de que o crescimento da renda em anos eleitorais não se sustenta no seguinte), mas eu quero contraditar essa afirmação na medida em que nós estamos

tendo um processo de crescimento", afirmou o ministro.

Ele disse que é preciso aguardar os resultados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), relativos a 2005, "para observar o que aconteceu" no ano passado. Segundo Marinho, o "processo de melhoria" em 2004 e 2005 será consolidado neste ano. "Não há por que olharmos para 2007 e vermos uma situação pior, na medida em que nós temos toda a condição de sustentabilidade da economia e desenvolvimento econômico do País, através da diminuição da nossa dependência internacional", disse.



Valério João Mugnol e Marlene Batista,
funcionários do Banco Real.